

ACTA NÚMERO 18/XII/ 1.ª SL

Aos 4 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus,
Dr. Miguel Morais Leitão, após o Conselho Europeu de 26 de Outubro
[A audição realiza-se nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo
4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto]**

O Sr. Presidente da Comissão começou por dar as boas vindas ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto, que prevê a audição do Governo após a realização de um Conselho Europeu. De seguida, passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado, para uma intervenção inicial.

De seguida, interveio o Sr. Secretário de Estado, que deu conta dos principais resultados do Conselho Europeu, nomeadamente quanto à situação na Grécia, o processo de alavancagem do FEEF no contexto dos mecanismos de estabilização, a recapitalização do sector financeiro, o reforço da coordenação e supervisão económica e orçamental e as alterações institucionais daí decorrentes e, enfim, informações sobre Portugal e o programa de ajustamento económico e financeiro (PAEF).

O Sr. Presidente agradeceu a intervenção do Sr. Secretário de Estado e as informações prestadas, e abriu a primeira ronda de intervenções dos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), que recordou os acontecimentos políticos dos últimos dias na Grécia e o seu impacto na União Europeia, bem como a proliferação de momentos de decisão (quer ao nível da formação da decisão, quer da sua concretização), colocando posteriormente questões quanto à eventual necessidade de ratificação parlamentar das decisões de 26 de Outubro (à semelhança do ocorrido com as decisões de 21 de Julho), à revisão dos Tratados em matéria de governação económica e de ajustes institucionais, ao processo de alavancagem do FEEF, ao seguro de risco de crédito e, enfim, à eventual discussão, em

sede do Conselho, de um eventual reajustamento do PAEF a Portugal, na sequência de declarações do Sr. Primeiro-Ministro português nesse sentido.

O Sr. Secretário de Estado usou, de seguida, da palavra, considerando possível uma concretização mais rápida das decisões de 26 de Outubro, nomeadamente pelo facto de não ser necessário um processo de ratificação parlamentar, a não ser num caso de uma eventual revisão dos Tratados, que não se coloca, no presente momento. Deu conta da posição do Governo português nesta matéria, considerando que se deve analisar, primeiramente, a concretização e melhoria no processo de governação económica, e só posteriormente avaliar se é necessário uma revisão dos Tratados. Sobre o FEEF, considerou ainda preliminar a avaliação da participação, concreta, de países terceiros, dando conta do estudo em curso sobre a possibilidade de o Fundo poder emitir dívida. Enfim, informou que não fora debatida a questão suscitada pelo Sr. Deputado Vitalino Canas sobre o eventual reajustamento do PAEF a Portugal.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), que reiterou a importância do Conselho Europeu e das conclusões dele emanadas, nomeadamente quanto à Grécia e em matéria de governação económica. Recordou ter sido opção dos Estados-Membros a gestão intergovernamental da zona euro, e que a eventual revisão dos Tratados é um processo que implica unanimidade, ratificação parlamentar e, em alguns casos, a realização de referendos. Considerou, contudo, interessante explorar, no médio prazo, o aprofundamento do método comunitário e uma eventual revisão dos Tratados, que a urgência do curto prazo não resolve, sendo necessária a acção com os instrumentos e metodologias actualmente vigentes. Considerou importante proceder ao acompanhamento de um eventual reajustamento do PAEF, mesmo recordando a existência de uma Comissão Eventual¹ na Assembleia da República, para esse fim. Questionou, enfim, o Sr. Secretário de Estado sobre o eventual distanciamento do G20 em matéria de financiamento do FEEF. O Sr. Secretário de Estado deu conta do interesse manifestado, por princípio, por alguns países terceiros na emissão de obrigações pelo Fundo, sendo, porém, cedo para a sua análise.

Posteriormente, usou da palavra o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), que se congratulou com os resultados do Conselho Europeu, tendo colocado questões sobre o envolvimento do sector privado na resolução da crise da dívida soberana, sobre a criação de um seguro de risco de crédito, sobre as repercussões financeiras na União resultantes da crise na Grécia e, enfim, sobre a recapitalização do sector bancário. Em

¹ Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal.

resposta, o Sr. Secretário de Estado deu conta do processo, ainda em fase inicial, referente ao seguro de risco de crédito, bem como sobre os riscos associados à situação na Grécia e os benefícios associados à recapitalização do sector bancário, em particular após a desvalorização contabilística dos balanços associados ao registo da exposição à dívida pública com base na respectiva cotação de mercado.

A encerrar a primeira ronda de intervenções, interveio a Sra. Deputada Ana Drago (BE), que colocou questões sobre as consequências dos acontecimentos recentes em matéria de políticas públicas e decisões políticas, considerando estar em curso um processo de deslegitimação das estruturas de poder e da construção europeia. Recordou a importância do aspecto institucional da crise, nomeadamente tendo em conta o surgimento de movimentos anti-europeístas e da ausência de legitimação popular da União desde 1992. Enfim, questionou o processo de alavancagem do FEEF, nomeadamente tendo em consideração as dificuldades recentes da Itália. O Sr. Secretário de Estado considerou que a dimensão da crise não pode ser debelada com um único Conselho Europeu, e que diversas medidas, importantes, foram já tomadas, nomeadamente quanto ao novo pacote de ajustamento à Grécia.

O Sr. Presidente encerrou a primeira ronda de intervenções dos Grupos Parlamentares e recolheu inscrições para a segunda ronda. Começou por intervir o Sr. Deputado Vitalino Canas que, em réplica a uma intervenção anterior, recordou o esvaziamento de poderes da Comissão Eventual e a necessidade, daí superveniente, de colocar determinadas questões na CAE, tendo reiterado a questão sobre um eventual reajustamento do PAEF a Portugal. De seguida, interveio o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD), que realçou a necessidade de acção imediata na Europa e a urgência de consensos, europeus e nacionais, e do sentido de responsabilidade. Questionou, de seguida, o Sr. Secretário de Estado sobre as consequências resultantes da passagem do Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários a Vice-Presidente da Comissão Europeia. Interveio, posteriormente, o Sr. Deputado João Serpa Oliva, que questionou a possibilidade de compra de dívida soberana por parte de países terceiros, tendo enfim o Sr. Deputado Alberto Costa (PS) questionado a assunção de papéis, pelo Conselho, que não lhe competem, desvirtuando o papel da Comissão Europeia e as disposições previstas no Tratado de Lisboa, considerando para tal necessário um maior escrutínio, democrático, dos Conselhos. Considerou, de seguida, não se dever proceder a uma revisão simplificada dos Tratados, questionando, ainda, a criação de mais figuras e cimeiras permanentes na União. Sobre o método comunitário vs. intergovernamental, o

Sr. Presidente considerou que poderia merecer uma reflexão autónoma pela Comissão, num momento posterior, tendo posteriormente passado a palavra ao Sr. Secretário de Estado para responder às questões colocadas. O Sr. Secretário de Estado começou por aprofundar a questão relativa ao debate sobre os PAEF em sede de Conselho, dando conta que este apenas toma a deliberação final, sendo os mesmos negociados, directamente, entre o Estado-Membro e a *Troika*. Quanto ao novo Vice-Presidente da Comissão, considerou que tal facilitará a implementação do pacote da Governação Económica e o controlo e supervisão orçamental. Quanto ao interesse de países terceiros, reiterou a intervenção anteriormente efectuada sobre essa matéria. Quanto aos procedimentos democráticos no seio da União, considerou ser importante aguardar pelas propostas do Presidente do Conselho Europeu quanto a eventuais medidas de reforço da união económica, inclusive explorando a possibilidade de introduzir alterações limitadas no Tratado, a serem apresentadas até Março de 2012.

O Sr. Secretário de Estado terminou a sua intervenção recordando a recente Conferência sobre o Quadro Financeiro Plurianual², na qual participara, a par do Sr. Presidente da Comissão, realçando a intervenção deste último e a importância do acompanhamento destas matérias pela Assembleia da República.

Não se registando intervenções adicionais, o Sr. Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário de Estado e encerrou os trabalhos. A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, podendo as gravações e diversa documentação associada ao Conselho Europeu ser acedidas através da [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus.

A reunião foi encerrada às 10:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de Novembro de 2011.

O PRESIDENTE

PAULO MOTA PINTO

² Conferência "EU Multiannual Financial Framework: 2014-2020", Bruxelas, 20 e 21 de Outubro de 2011.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Drago
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Rosa Maria Albernaz
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos São Martinho
Francisco de Assis
Honório Novo